



Anais da Assembléia

Nº 45

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 23 DE ABRIL DE 1992

ANO XVIII

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 32.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 1992

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Lourenço Fregonese e Nilton Barbosa.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Colombino Grassano, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, Oswaldo Trevisan, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (38). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Costenaro Neto, Doutor Rosinha, Duílio Genari, João Preis, José Artur Ritti, José Tavares, José Alves, Nelson Justus e Rossoni (15). Achando-se em licença o Senhor Deputado Algaci Túlio (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o nº DTL/SAT/54/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 89/91, pelos motivos expostos. A Comissão

de Constituição e Justiça.

Sob os nºs DTL/SAT/55, 56, 63 e 64/92, do Senhor Governador do Estado, comunicamos haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei nºs 536/91, 282/91, 083/85 e 005/87, por julgá-los inconstitucionais. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº 157/92, do Senhor HERON ARZUA, Secretário de Estado da Fazenda, em resposta a Requerimento dos Deputados Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, vem comunicar que "comparecerá a esta Casa para prestar esclarecimentos a respeito do projeto de incorporação da BISA ao BANESTADO, no dia 29 de abril corrente, às 15:00 horas, acompanhado dos Senhores HEITOR WALLACE DE MELLO E SILVA e WALTER SENHORINHO, Presidente do Banco do Estado do Paraná e Presidente do BANESTADO Informática, respectivamente". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Do Senhor STENIO SALES JACOB - Diretor Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, em resposta a Pedido de Informações, solicitado pelo Deputado LUIZ CARLOS MARTINS, sobre "algumas licitações promovidas pela SANEPAR, onde tem sido a mesma ganha por empresas que concedem descontos de mais de 50% sobre o valor referencial apresentado pela própria Empresa". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 339/92-GS/SETI, do Senhor MAURÍCIO FRUET, Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, em resposta a Pedido de Informações, solicitada pelo Senhor Deputado LOURENÇO FREGONESE, sobre "definição do roteiro do gasoduto que transportará gás boliviano e argentino para o Brasil". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

OF. Nº 97/92

Senhor Presidente.

Cumpre-nos, através do presente, comunicar oficialmente a Vossa Excelência o nosso ingresso no Partido Democrático Trabalhista, que se deu no último dia 08 de abril, e solicitar-lhe para que sejam informados os demais setores desta Assembleia Legislativa, em atenção à clareza da comunicação exigida, e que se faz necessária.

Na certeza de podermos contar com seu empenho, também neste particular, aprovei-

tamos o ensejo para renovar a Vossa Excelência nossa consideração e respeito.

Sala das Sessões, em 23.04.92.

(a) PAULO MAIA

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Para os fins do art. 31 do Regimento Interno desta Casa, venho indicar o Deputado Colombino Grassano, para representar a Bancada do Partido Liberal na Comissão Permanente de Constituição e Justiça.

Auditando o anterior ofício de nº 021/92, informo a Vossa Excelência que o Deputado Carlos Simões, como filiado, integra o Partido Liberal.

Ao ensejo apresento-lhe meus protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 23.04.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Líder da Bancada do PL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder da Bancada do P.T.B., tenho a honra de indicar os Senhores Deputados que preencherão as vagas destinadas ao Partido, nas Comissões Permanentes desta Casa.

Sala das Sessões, em 23.04.92.

(a) ERONDY SILVERIO

Líder do PTB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: ERONDY SILVERIO

Suplente: JOSE ALVES

2ª VAGA

JOÃO IENSEN

Suplente: MARIO BEZERRA

COMISSÃO DE FINANÇAS

MARIO BEZERRA

Suplente: JOSE ALVES

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

JOSE ALVES

Suplente: JOÃO IENSEN

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

JOÃO IENSEN

Suplente: JOSE ALVES

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

JOSE ALVES

Suplente: MARIO BEZERRA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

MARIO BEZERRA

Suplente: JOÃO IENSEN

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

JOSE ALVES

Suplente: MARIO BEZERRA

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

JOÃO IENSEN

Suplente: JOSE ALVES

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

MARIO BEZERRA

Suplente: JOÃO IENSEN

COMISSÃO DE REDAÇÃO

JOSE ALVES

Suplente: JOÃO IENSEN

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

JOÃO IENSEN

Suplente: JOSE ALVES

COMISSÃO DE TURISMO

JOSE ALVES

Suplente: MARIO BEZERRA

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

MARIO BEZERRA

Suplente: JOÃO IENSEN

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

JOSE ALVES

Suplente: JOÃO IENSEN

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder do Partido dos Trabalhadores com assento nesta Casa, indico o Senhor Deputado Ovídio Constantino para compor como membro efetivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 23.04.92

(a) ERNANI PUDELL

Líder do PT

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 511-C

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Regime de Urgência para as Proposições nºs 42/92 e 43/92.

Sala das Sessões, em 23.04.92

(a) JOÃO IENSEN

REQUERIMENTO Nº 510

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, adiamento por cinco sessões de discussão e votação do Projeto de Lei nº 067/92, de autoria do Poder Executivo, a fim de que a

ele sejam anexados os seguintes dados: a) Valores totais das dívidas da LABRA - Indústria Brasileira de Lápis S/A, para com o Governo do Estado, discriminando sobre o que se referem; b) Cópia do processo da dívida ativa nº 174.2647-4 e dos autos de infração nº 3698068-8 e 3698069-6 que estão sendo quitados na forma de escritura pública de doação em pagamento; c) Laudo de avaliação do terreno feito pelo DECOM-Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção e sua atualização feita pelo Setor de Avaliação e Perícia da Procuradoria Geral do Estado; d) Parecer nº 408/91, de 20.12.91, exarado pela Procuradoria Geral do Estado.

Sala das Sessões, em 23.04.92

(aa) OVIDIO CONSTANTINO
ERNANI PUDELL
DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A cobrança de dívidas por parte do Governo é absolutamente correta e necessária, porém, ela deve ser feita de maneira transparente.

Sabemos que o Grupo Zattar, proprietário da LABRA S/A, é um dos grandes devedores do Estado, além de estar envolvido em sérios conflitos de terra e violência contra trabalhadores, no Município de Pinhão, conforme já denunciemos nesta Casa.

Assim, se faz necessário que tal quitação de débitos seja instruída de dados que não deixem dúvidas sobre o processo.

Além do mais, é importante destacar o seguinte:

A Cidade Industrial de Curitiba teve sua infra-estrutura básica subsidiada pelo Poder Público. Ora, os proprietários dos terrenos lá existentes já foram beneficiados por isto. Agora tal terreno é usado para quitar débitos com Estado, que em conclusão, está arcando duplamente com os encargos.

REQUERIMENTO Nº 511

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, o adiamento por (02) duas sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 082/92 (item 03), de sua autoria.

Sala das Sessões, em 23.04.92

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO Nº 498

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com o fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de dis-

cussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 23.04.92

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 507

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem a presença de Vossa Excelência, REQUERER que, após ouvido do Plenário, que seja designado o dia 08 de maio, próximo vindouro, às 15 horas, para realização de Sessão Solene para entrega do título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Euclides Giroldo Scalco, outorgado através da Lei nº 9.727 de 17 de outubro de 1991.

Sala das Sessões, em 23.04.92

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO Nº 511-G

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a transformação desta Assembléia em Comissão Geral para, na próxima terça-feira, dia 28 de abril, durante a Sessão Plenária, apreciar a Mensagem nº 19/92, Projeto de Lei nº 98/92, que institui Gratificação de Apoio Educacional aos servidores da Secretaria de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 23.04.92

(aa) LUIZ ANTONIO SETTI

ORLANDO PESSUTI

RENATO ADUR

DOMINGOS CARVALHO

NELSON GARCIA

EURIDES MOURA

OSWALDO TREVISAN

SEVERINO FELIX

DOBRANDINO DA SILVA

DURVAL AMARAL

DIRCEU MANFRINATO

NILTON BARBOSA

ELIO RUSCH

ALCEU SWAROWSKI

GERALDO CARTARIO

REQUERIMENTO Nº 508

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Domingos Forte, ocorrido em União da Vitória no último dia 21.

Sala das Sessões, em 23.04.92

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 21, na Cidade de União

da Vitória, com a idade de 71 anos, adormeceu no Senhor, o empresário Domingos Forte, deixando dois filhos e netos.

O passamento do empresário Domingos Forte, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo. União da Vitória, a região e todo o Paraná chora a perda de Domingos Forte, mas o céu será grande e a paz e o seu descanso não terá fim, desde agora e para todo o sempre.

O Senhor Deus me ensinou a falar como alguém que aprende dele, para que eu saiba dar uma palavra de conforto a pessoa abatida.

Senhor abençoe a família Forte para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que ele faz merece fê. Deus ama o direito, o trabalho e a justiça, ama Domingos Forte por ser dotado de todos esses requisitos como chefe de família, como grande empresário, Diretor de uma das maiores empresas do ramo madeireiro do Sul do País, plantando em todos os cantos do Sul paranaense uma semente a germinar confiança no amanhã. Sempre recebeu os mais elevados cumprimentos, respeitado pela sua visão e pelo seu arrojo como empresário bem sucedido. Além disso, participou sempre de todos os movimentos sociais e filantrópicos onde foi convocado em favor da causa paranaense. Foi um símbolo do cidadão, empreendedor e participativo; foi um exemplo vivo da força do trabalho e da boa vontade, paradigma dos nossos homens de negócios.

Deus guardará seu servo Domingos Forte sob a sua constante proteção para que renovados pelos sacramentos pascais, cheguemos à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nossos corações, fazendo com que nossas preces se abram em todas as dimensões, guiando-nos sempre e por toda a parte com a luz celeste, para que possamos colher com fê e viver com amor o mistério de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Deputado, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Forte, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus pa-

ra que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 511-E

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, profundamente sensibilizado, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Tamboara, vítima de covarde atentado perpetrado por elementos desconhecidos que o atingiram com duas balas na cabeça e morto às cinco horas de ontem, em Maringá.

Sala das Sessões, em 23.04.92.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 509

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor AFONSO CAMARGO NETO, Digníssimo Ministro de Estado dos Transportes e Comunicações, no sentido de determinar estudos em caráter de urgência, para a implantação de um viaduto no contorno da BR-153 no trevo da entrada de GENERAL CARNEIRO.

Sala das Sessões, em 23.04.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A incalculável quantidade de veículos que tramitam diariamente na Rodovia BR-153 (Transbrasiliana) no trecho de União da Vitória a General Carneiro, cuja rodovia é o escoadouro da produção do Sudoeste Paranaense e Oeste Catarinense, além do trânsito normal para os grandes centros, sendo esta a principal ligação rodoviária com o resto do país tendo registrado constantes acidentes de trânsito no trevo de General Carneiro com vítimas fatais, estando ultimamente em constante elevação causando preocupação a população da região.

Esses dados são uma pequena mostra, que por si só justifica a construção do viaduto. Por outro lado, achamos oportuno encarecer do Senhor Ministro seja agilizado a reparação asfáltica do referido trecho entre União da Vitória e General Carneiro, que conforme o Senhor Ministro constatou pessoalmente, continua em precárias condições de tráfego. Estamos assistindo o agravamento do problema com uma rodovia de alto volume de tráfego especialmente com veículos pesados transpondo a área.

A manifestação desta Casa se impõe, principalmente pelo que representa para a economia do País a BR-153 bem como a produção da região Sul e Sudoeste paranaense e Oeste Catarinense.

REQUERIMENTO Nº 506

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Governador do Estado, solicitando abertura de Concurso Público ou Teste Seletivo, para contratação de funcionários para completar o quadro dos funcionários do Hospital Regional de Cascavel.

Sala das Sessões, em 23.04.92.

(a) ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

O Hospital Regional de Cascavel vem tendo durante o seu tempo de funcionamento, um atendimento precário pela falta de quadros de funcionários para atender toda a população dos Municípios da Região Oeste do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 511-F

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, que seja encaminhado expediente à Douta Comissão de Finanças desta Casa de Leis, objetivando saber quais são os valores dos autos de infrações, bem como dos imóveis constantes na Mensagem nº 005/92, Projeto de Lei 067/92, oriunda do Poder Executivo Estadual, face transação efetuada com a Empresa LABRA - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE LÁPIS S/A.

Sala das Sessões, em 23.04.92.

(a) TOTI COLAÇO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 104/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa de Segurança Escolar, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Para a concretização de tal Programa, efetivar-se-á ação conjunta entre a Secretaria de Estado da Educação e a Polícia Militar do Paraná, no sentido de instalar, prioritariamente, nas residências existentes junto aos estabelecimentos de ensino da rede estadual de educação, praças da Polícia Militar, escolhidos segundo os seguintes critérios:

I - excelente comportamento;

II - família constituída;

III - estabilidade na corporação.

Parágrafo Único - A desocupação do imóvel referido neste artigo far-se-á mediante requerimento fundamentado da direção do estabelecimento, endereçado ao comando competente, justificando os motivos

do pedido.

Art. 3º - Fica autorizada a ação conjunta entre a Fundação Educacional do Estado do Paraná e a Secretaria Especial de Habitação, no sentido de dotar de instalações residenciais os estabelecimentos de ensino que não possuam tais acomodações.

Art. 4º - Fica facultado à Secretaria de Estado da Educação a contratação mediante teste seletivo, do cônjuge do praça a que se refere o Art. 2º, para prestação de serviço auxiliares no mesmo estabelecimento em que residam.

Art. 5º - Os estabelecimentos de ensino que já possuam caseiro ou zelador, cujo desempenho das funções seja satisfatório, não sofrerão modificações.

Art. 6º - O Poder Executivo baixará os atos necessários à execução e à regulamentação da presente Lei.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.04.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

A falta de segurança em nossas escolas e a impossibilidade de se criar o Corpo de Guarda Escolar; que esbarra no artigo 66 da Constituição do Estado, faz com que nossa perseverança venha viabilizar estas dificuldades enfrentadas pelas Escolas Paranaenses.

A presença do Praça da Polícia Militar, residindo no Pátio da Escola inibirá a ação de vândalos, que depredam constantemente o Patrimônio Público, bem como em suas horas de folga auxiliaria na segurança dos alunos e professores.

Além de premiarmos o Praça de comportamento exemplar, estaríamos ocupando estas residências com pessoas ligadas às escolas, o que não acontece no momento atual, onde a maioria das casas construídas no Pátio das Escolas são ocupadas por pessoas que não assumem nenhuma responsabilidade no zelo e na ordem destes estabelecimentos.

Importante salientarmos ainda, que, a esposa do Policial Militar, através de concurso, poderá ser beneficiada com a Pontuação Específica para ingressar no Quadro de Auxiliares Gerais do Estado, melhorando assim a qualidade de vida do Policial Militar e criando a figura da pessoa responsável pela Preservação do Patrimônio Público e a segurança contra elementos perniciosos ao Ambiente Escolar.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao 1º orador inscrito Senhor Deputado

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Voltamos a esta Tribuna, hoje, para falar novamente a respeito de segurança nas escolas, que é de responsabilidade do Governo do Estado. Em 1991 no segundo semestre, encaminhamos a esta Casa um Projeto de Lei que denominava - SEGURANÇA NAS ESCOLAS - ou melhor dizendo CORPO DA GUARDA ESCOLAR - que versava exatamente na condição de segurança nas escolas estaduais. O Senhor Governador vetou aquele nosso Projeto de Lei. Mas, para nossa alegria, passou a usar a idéia no que se refere a segurança nas escolas, procurando implantar a segurança através de policiais, que deverão residir nas casas próprias das escolas e nas escolas que não possuem este benefício: construir residências para estes policiais militares.

Então exatamente o espírito de nossa Lei, está sendo usado e é nesse sentido que elaboramos um novo Projeto de Lei, que versa ainda, a respeito da segurança nas escolas estaduais. E é nesse sentido que passaremos à leitura deste nosso anteprojeto (Lê):

"PROJETO DE LEI Nº 104/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa de Segurança Escolar, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Para a concretização de tal Programa, efetivar-se-á ação conjunta entre a Secretaria de Estado da Educação e a Polícia Militar do Paraná, no sentido de instalar, prioritariamente, nas residências existentes junto aos estabelecimentos de ensino da rede estadual de educação, praças da Polícia Militar, escolhidos segundo os seguintes critérios:

- I - excelente comportamento;
- II - família constituída;
- III - estabilidade na corporação.

Parágrafo Único - A desocupação do imóvel referido neste artigo far-se-á mediante requerimento fundamentado da direção do estabelecimento, endereçado ao comando competente, justificando os motivos do pedido.

Art. 3º - Fica autorizada a ação conjunta entre a Fundação Educacional do Estado do Paraná e a Secretaria Especial de Habitação, no sentido de dotar de instalações residenciais os estabelecimentos de ensino que não possuam tais acomodações.

Art. 4º - Fica facultado à Secretaria

de Estado da Educação a contratação mediante teste seletivo, do cônjuge do praça a que se refere o Art. 2º, para prestação de serviços auxiliares no mesmo estabelecimento em que residam.

Art. 5º - Os estabelecimentos de ensino que já possuam caseiro ou zelador, cujo desempenho das funções seja satisfatório, não sofrerão modificações.

Art. 6º - O Poder Executivo baixará os atos necessários à execução e à regulamentação da presente Lei.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.04.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

A falta de segurança em nossas escolas e a impossibilidade de se criar o Corpo de Guarda Escolar; que esbarra no artigo 66 da Constituição do Estado, faz com que nossa perseverança venha viabilizar estas dificuldades enfrentadas pelas Escolas Paranaenses.

A presença do Praça da Polícia Militar, residindo no Pátio da Escola inibirá a ação de vândalos, que depredam constantemente o Patrimônio Público, bem como em suas horas de folga auxiliaria na segurança dos alunos e professores.

Além de premiarmos o Praça de comportamento exemplar, estaríamos ocupando estas residências com pessoas ligadas às escolas, o que não acontece no momento atual, onde a maioria das casas construídas no Pátio das Escolas são ocupadas por pessoas que não assumem nenhuma responsabilidade no zelo e na ordem destes estabelecimentos.

Importante salientarmos ainda, que, a esposa do Policial Militar, através de concurso, poderá ser beneficiada com a Pontuação Específica para ingressar no Quadro de Auxiliares Gerais do Estado, melhorando assim a qualidade de vida do Policial Militar e criando a figura da pessoa responsável pela Preservação do Patrimônio Público e a segurança contra elementos perniciosos ao Ambiente Escolar.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uso a tribuna na tarde de hoje para fazer um agradecimento público ao Governador Roberto Requião e ao Secretário dos Transportes, Mário Pereira, porque segundo

notícias que li nos Jornais os dois, Secretário e Governador, cumpriram com a palavra dada na interiorização em Antonina, no qual se referia a construção do acostamento da rodovia que vai de Praia de Leste a Pontal do Sul.

Vendo hoje os jornais, através do nosso companheiro que nos deu as primeiras informações, Deputado Renato Adur, senti-mo-nos bastante satisfeitos pois o Governador, de um tempo para cá, vem escutando todas as reivindicações, atendendo os nossos pedidos, como o da limpeza do Porto de Paranaguá, como o do acostamento, que espero, que seja verdade.

E hoje mesmo, às 18:30 no lançamento do balcão de ferramentas em Paranaguá, terei a oportunidade de pessoalmente agradecer, se for verdade, realmente, o que está estampado nos jornais de que a licitação sairá ainda hoje, para o acostamento, da estrada de Praia de Leste a Pontal do Sul. Caso contrário, a partir da semana que vem usarei esta tribuna todos os dias para dar o nome das pessoas que morreram naquela estrada por descaso do Departamento Estadual de Rodagem.

Por isto, venho de público agradecer, se realmente for verdade, é uma promessa feita pelo Governador e nós, como Deputados, sabemos também agradecer quando as obras realmente saem.

Agora, se for mais uma mentira, a partir da semana que vem, todos os dias, usarei a tribuna para dar nome dos mortos que são responsabilidade do Governo passado e do Governo que hoje está instalado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos apresentando à Casa na tarde de hoje, relatório sobre a questão do índio no Estado do Paraná, cuja comissão foi aprovada pela Mesa.

Comissão esta, composta pelos Deputados Florisvaldo Fier, Cezar Silvestri, Cleiton Crisóstomo e o Deputado que vos fala. Como foi definido também naquela oportunidade, teremos até a presente data prazo para apresentar à Casa relatório dos trabalhos por nós efetivados em termos da situação do índio no Paraná, inclusive a partir do período da manhã, no Plenarinho desta Casa, está se realizando também um seminário, com a presença de índios e de representantes de diferentes regiões indígenas do Paraná sobre o que esta Assembleia propôs, em termos da situação do índio do Paraná.

Nós fizemos visitas às reservas de

Apucarantina, em Londrina, São Jerônimo da Serra, Barão de Antonina, Laranjinha, Marrecá dos Índios, Mangueirinha, Rio das Cobras e constamos do relatório, mas foi impossível estarmos presentes por condições de tempo, na Turma do Fernando, que são expulsos da Reserva de Okuê.

O nosso material utilizado, além de gravador, vídeo e máquina fotográfica, estamos apresentando à Casa, o presente relatório que ficará à disposição dos Senhores Deputados, da imprensa local e da sociedade paranaense a fim de que a contribuição desse parlamento chegue ao conhecimento de todos neste Estado.

O nosso período de visitas se deu de 10 a 13 de março numa primeira etapa e de 23 a 26 de março em uma segunda etapa.

Nós temos aqui em nosso relatório declarações de antropólogos, declarações de índios e temos que fazer em nome da comissão e como relator da mesma, um agradecimento especial a professora Malu e a Antropóloga Dedula que está acompanhando os trabalhos da comissão, no seminário no Plenarinho da Casa.

Queremos dizer também aos nobres Parlamentares, que além do trabalho fotográfico que faz parte desse relatório, foi feita uma fita de vídeo, mostrando a verdadeira realidade e em termos conclusivos apresentamos o seguinte relatório que passo a ler, para que a Casa tome conhecimento dos trabalhos em torno da Comissão do Índio (Lê):

"COMISSÃO DO ÍNDIO - RELATÓRIO

No que tange à situação do índio nas reservas localizadas no Estado do Paraná, algumas providências devem ser tomadas com urgência para a preservação cultural que lhe é peculiar e também para assegurar os mínimos direitos e garantias fundamentais aos índios, enquanto pessoas.

Dotados de ordenamento protetivo originado da condição absolutamente particular vivida pelas comunidades indígenas, a situação pungente por que passam é determinada basicamente pela omissão estatal, determinando efetivo descumprimento das normas programáticas e mandamentais a respeito do tratamento a ser dispensado ao índio, que visa, não só a sua proteção, mais, acima de tudo, a propiciar uma vida minimamente condigna a essas comunidades silvícolas através da criação de condições de sua sobrevivência, e a desfazer o preconceito que ainda grassa no seio da sociedade em relação à índole e temperamento do índio.

A ação da sociedade, apoiada por uma omissão importante dos órgãos estatais, destituídos também da estrutura e apoio necessário à consecução de um bom trabalho, que se baseia não só em uma prá-

tica assistencialista, mas, principalmente, fundamentada no conhecimento aprofundado da natureza e necessidade dos grupos indígenas, determina, em última análise, um processo de destruição da cultura indígena e do aniquilamento dos índios enquanto pessoas.

A atuação protetiva da cultura indígena, que é condição para a própria preservação do índio enquanto pessoa - sujeito de direitos e garantias fundamentais, deve ser iniciada, necessariamente, por uma postura estatal atuante, definida, sobre parâmetros de aprofundado conhecimento da cultura e das necessidades das comunidades indígenas no Paraná.

A guisa de uma pretensa manutenção das suas condições próximas àqueles em que eram originalmente encontrados, no início dos tempos de exploração do colono de descendência européia que tomou as terras dos índios - o que aconteceu em todo o Brasil - os índios no Paraná hoje vivem em condições subumanas, carentes de estruturas de higiene e saúde, cultura (não só aquelas reprodutivas da sociedade nacional, mas de forma a resgatar a sua original), moradia e meios de produção.

Toda a sociedade rural, de um modo geral, incidente, especialmente, sobre os bóias-frias do Paraná, convive em condição subumanas, mas os índios em particular, em que pese todo o ordenamento jurídico existente e que a coloca como sujeito especial de vários direitos protetivos, estão relegados a um último plano, pois está a se confundir condição de misérias com aquelas que originalmente se encontravam nas suas sociedades originais.

Como já foi dito, necessariamente o Estado do Paraná, através de seu governo, deve tomar frente na recomposição das condições de vida e da cultura dos índios.

Só uma atuação imediata, contundente e incisiva, calcada nos dados e propostas colhidos por pessoal especializado, interdisciplinar e intersecretarial, poderá determinar a salvação do índio e da sua cultura no Paraná.

Da forma como se encontra atualmente, e mantidos os rumos atuais, a comunidade indígena no Paraná será objeto de "extinção", numa omissão genocida que vem se perpetuando há centenas de anos e em detrimento da teimosia do índio em sobreviver. As Secretarias de Estados do Governo do Paraná devem buscar, com urgência, operação conjunta num processo de recomposição da vida dos índios nas suas reservas e no próprio resgate de sua cultura.

Pois é notório que a FUNAI na forma como opera atualmente, se mostra ineficiente ou insuficiente em sua atuação "protetiva" falhando, não por desejo de seus técnicos, mas pela falta de estrutura

que lhe propicie uma atuação mais próxima do ideal, determinando, em última análise, uma prática que perpetua o índio como ser inferior e como cultura a ser diluída.

O índio é um ser que existe contemporaneamente, e deve merecer a atenção e os cuidados que impliquem a criação das condições de manutenção e desenvolvimento da sua cultura.

Existe um "déficit" de moradias que é gravíssimo e contribui para a miséria das comunidades indígenas. Calcula-se que exista a necessidade da construção de, pelo menos, 300 (trezentas) moradias pelos índios, de modo a propiciar-lhes as condições para a sua moradia de modo saudável.

As condições de saúde dos índios é gravíssima e determinante do seu enfraquecimento e extinção. A FUNASA, que é o órgão próprio de atendimento à saúde indígena, vinculado ao SUDS, é inoperante.

Não há médicos nas Reservas Indígenas. O índio sempre foi vítima das doenças trazidas à sua sociedade pelo colono de origem européia. Originalmente saudável e desconhecedor de várias doenças endêmicas, o índio brasileiro mostrou-se frágil diante das pestes que o colono trazia consigo. A partir desta constatação, a atenção à saúde do índio deve ser prioritária, em especial a saúde oral, que é fator preponderante para a efetivação de uma alimentação correta e saudável.

Juntamente com a segurança da posse da terra o índio deve merecer uma atenção especial na concessão dos meios de sua produção, em especial para a sua sobrevivência e para incremento da sua alimentação.

As sementes que lhe são normalmente fornecidas, chegam à terra com a qualidade duvidosa, implicando em colheitas mínuas, merecendo uma atenção dos órgãos estatais competentes, ligados à Secretaria da Agricultura, para que busquem o resgate da cultura de lavradores de que muitos grupos étnicos eram portadores.

O fato de simplesmente conceder-lhes as sementes não determina eficácia na atuação dos índios como agricultores, pois com o passar dos tempos, muitas destas práticas foram esquecidas por motivos até alheios à sua vontade, merecendo uma retomada das suas tradições com a ajuda dos órgãos estatais competentes ligados à Secretaria de Agricultura.

A educação, como acontece hoje nas reservas, é alarmante. A atuação deveria acontecer (e a Secretaria de Estado da Educação deveria preocupar-se com isso) dentro de parâmetros e objetivos que visem à restauração e sedimentação da cultura indígena, e a Secretaria da Educação deveria preocupar-se com isso. Apresentamos, para mostrar à sociedade paranaense, que não apenas fomos assistir de perto os

problemas dos índios, mas apresentamos a esta Casa e à sociedade paranaense e ao Governo do Paraná, algumas sugestões.

SUGESTÕES

Efetivamente, sugerimos que o Governo do Estado, por mecanismo próprio e até engajado com os órgãos federais e municipais correlatos, inicie uma atuação instituindo órgão técnico, intersecretarial, que sistematize um diagnóstico e implemente as medidas de resgate das condições culturais e pessoais dos índios no Paraná.

Outra medida urgente, e que pode ser operada também através dos órgãos do Governo do Estado, diz respeito à definição das terras indígenas.

A demarcação atual é falha e desrespeitada, e os grileiros não estão à merecer a coerção da polícia. O ITCF e a Secretaria de Segurança podem e devem atuar de forma contundente nesta questão. O direito dos índios à terra é líquido e certo, por previsão constitucional, e a sua usurpação é um grande fator da degeneração das suas condições de vida e da sua cultura.

CONCLUSÃO

A multiplicidade de carências e as áreas em que elas são registradas só podem ser sanadas tomando-se o problema indígena globalmente; a solução não pode dar-se setorialmente (só na educação, só na saúde, etc).

Uma atuação sistemática, interdisciplinar e intersecretarial do Governo do Estado, através de órgão próprio, técnico e especializado, trabalhando conjuntamente com os órgãos correlatos dos demais entes federados, tomando-se por base uma política previamente definida e delimitada com precisão, é a única forma de salvar o índio, como cultura e como pessoa detentora de direitos e garantias individuais.

COMISSÃO:

(aa) FLORISVALDO FIER
Presidente
PAULO MAIA
Relator
CEZAR SILVESTRE
Membro
CLEITON KIELSE
Membro"

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Essa é uma parte do relatório apresentado a esta Casa, dando satisfação do trabalho efetivado pela Comissão de Parlamentares desta Casa para que aqui se caracterize de que apenas o índio é motivo de discurso e de propaganda política; mas que possamos transformar isso em ação e atender a realidade por que passa hoje o índio no Paraná.

O Sr. Ovídio Constantino - (Aparte) - Deputado Paulo Maia, agradeço o aparte

Vossa Excelência.

Quero manifestar as minhas congratulações à Comissão desta Assembléia que está trabalhando nesta questão do índio.

Tivemos a oportunidade de, hoje pela manhã, acompanhar este Seminário que se realiza no Plenarinho da Assembléia e de ouvir de índios de algumas regiões de nosso Estado, depoimentos que muitos deles até desesperadores que nos chamam, e deverão chamar atenção desta Casa.

Os índios têm sido tratados, como outras minorias em nosso País, como objetos, que se empurram para lá, e para cá de acordo com os interesses econômicos e políticos de grupos que querem se apoderar de suas terras, das riquezas das suas terras e não se respeitam as condições de vida, a dignidade e a necessidade dos índios que foram os primeiros donos deste Continente.

Nós ouvimos relatos da Aldeia Indígena de São Miguel do Iguaçu, do Rio Ocof, onde estão sendo dizimados pela miséria, pela fome e pela doença.

Índios, inclusive, que fazem depoimento em um relatório que tivemos a oportunidade de receber em nosso Gabinete e que o lemos. São depoimentos desesperadores dizendo que em bem pouco tempo na Aldeia morreram 70 índios, foram dizimados por doenças gravíssimas e que são facilmente sanadas, como o sarampo, doença que não poderia mais existir hoje e que em um pequeno período matou 70 índios nesta reserva - que são aproximadamente duzentos e poucos no total -, doenças que de forma nenhuma poderiam estar ameaçando a população do Paraná.

Além disso, os índios que foram expulsos pelo alagamento do Lago de Itaipu, da Hidrelétrica de Itaipu que invadiu suas áreas de terras, e aí a própria FUNAI com a ITAIPU os encurralaram em uma pequena área de terra e estão lá sem nenhuma condição de vida. E além destes, sabemos de outras regiões do Estado onde os índios não são respeitados na sua integridade nas suas condições de vida.

Portanto, eu quero dizer da nossa preocupação. Gostaríamos de nos somar ao trabalho desta Comissão, nos colocar à disposição daquilo que possamos contribuir e desejar que realmente esta Comissão que V.Exã. faz parte e que andaram por todas as áreas indígenas do nosso Estado, possa relatar a realidade trazendo para esta Casa e que aqui nós como Poder público, tenhamos a responsabilidade de pensar nesta parcela da sociedade e aquilo que for da nossa parte não podemos omitir em ajudar a contribuir para que se resolvam os problemas desse povo explorado, marginalizado e que tem que ser respeitado nesse Estado.

Muito obrigado, Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Eu agradeço a contribuição de V.Exa. e quero voltar a solicitar aos demais Deputados desta Casa que possam tomar conhecimento da realidade constante desse relatório visto ser um problema social com o qual convivemos.

A situação do índio no Paraná não foge à realidade das grandes favelas que nós temos hoje nas grandes, médias e pequenas cidades. É uma situação desastrosa, há um desespero total a nível das famílias desses índios, das comunidades onde sobrevivem porque nós temos certeza que no caso de uma doença contagiosa a situação será muito mais preocupante do que estamos trazendo, por isso lamentamos pois, que hoje pela manhã não tenhamos tido a presença de um número maciço de representantes desta Casa na abertura do Seminário.

Lá nós só tivemos a presença de alguns Deputados, a exemplo do Deputado Cezar Silvestri, do Deputado Rosinha, do Deputado Ovídio e do Deputado que vos fala. E neste momento o Seminário dá continuidade a seus trabalhos com a presença naquele Plenário apenas de representantes desta Casa que são os Deputados Rosinha e o Deputado Cezar Silvestri, quando nós temos hoje presente naquele Plenarinho inclusive autoridades indígenas de fora do País, autoridades indígenas de diferentes regiões do Estado e do Brasil, discutindo os problemas que serão obviamente motivos de demagogia também na "Eco 92" no Rio de Janeiro no mês de junho.

Queiram esses seres humanos que de lá de fato saía uma efetiva solução, uma efetiva discussão, uma efetiva ação que de fato faça com que as autoridades, os Governos, os diferentes governos desse País se sensibilizem com o problema humano vivido pelo índio do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

PMDB.

(Declina).

PSDB.

(Declina).

PTB.

(Declina).

PT.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Concedemos o Horário das Lideranças do PT ao Deputado Mário Bezerra.

O SR. ERONDY SILVERIO (Pela Ordem) - Eu também me reservo o direito de reservar o Horário do Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeito.

O SR. MARIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Faço uso da palavra com o maior constrangimento já vivido desde que assumi uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Nesses 14 meses de convivência política, todos nós tivemos a oportunidade de conhecermos uns aos outros, pelo menos a maioria esmagadora passou a se conhecer. A convivência diária entre os Deputados às vezes até maior do que dentro do próprio seio da família de muitos nos fez amigos, nos fez companheiros de jornada.

As diferenças políticas entre Parlamentares de Partidos de posições antagônicas têm sido compreendidas com sabedoria e espírito democrático. Particularmente confesso que por muitas vezes, nas defesas até intransigentes das causas do povo que represento, deixei a emoção sufocar a razão. Travamos diversos combates. Tive e pretendo ter discussões acaloradas com o Líder do Governo, Deputado Orlando Pessuti, com o vice-Líder também, o valoroso Deputado José Tavares. Até com o comedido e respeitável Deputado Heinz eu tive um embate.

Minhas posições têm sido transparentes, claras. Não escondo o jogo para os governistas, muito menos para os companheiros de Oposição. Aprendi e posso até estar errado, de que o homem público deve assumir o papel para o qual foi eleito, com determinação e galhardia. Não aprendi e não quero aprender determinados procedimentos que a minha linha de conduta não aceita e que repudia. Tenho certeza absoluta de destoar em muito daquilo que a política convencional dita.

Por muitas vezes eu tenho desagradado. Tenho consciência de que as minhas atitudes, como Deputado independente, por algumas vezes me prejudicam. Por exercer o papel constitucional de fiscalizar o Executivo, ininterruptamente, já fui rotulado de irresponsável numa alusão clara por parte de alguns, de que somente é sério e digno de crédito, o Parlamentar que só sabe elogiar, aplaudir e votar em tudo o que interessa ao Palácio Iguaçu. Ficar mudo também é bom.

Tenho conhecimento de praticamente tudo o que se passa neste Plenário, mas comissões permanentes e temporárias, estou sempre pronto para o debate, que envolvam tanto as pequenas quanto as grandes questões do Paraná.

E por que? Porque esta minha constante disposição? Porque desde que fui indicado pelo meu Partido, à época, naquela ocasião o PRN, para compor as comissões permanentes da Casa, tenho cumprido ao pé da letra com as minhas obrigações.

Em nenhum momento fui relapso, mesmo

residindo a 520 Km desta Capital, tenho sido um dos mais assíduos Parlamentares. Tenho viajado semanalmente, e as vezes em que faltei foi em virtude das inúmeras comissões externas nas quais participei e ainda participo.

Gosto de exercer em toda a plenitude as minhas funções de Deputado. Pelo que sei ainda estou inscrito como vice-Presidente da Comissão de Finanças, sou titular da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, titular da Comissão de Tomada de Contas, suplente da Comissão de Fiscalização, da de Segurança Pública e de Orçamento.

Recordo-me, Senhor Presidente, da luta que ajudamos a promover, ano passado, quando as Oposições elegeram o Presidente desta Casa e os demais membros da Comissão Executiva. Naquela ocasião, para preservar a unidade do grupo, abduquei de disputar cargos na Mesa e deixei de concorrer à Liderança do Partido.

Senhor Presidente, eu tenho a anuência do PL, do PDT e do PRN para utilizar os devidos Horários.

Quando da formação das Comissões Permanentes, na composição com as Oposições, ficou decidido que eu seria guindado à Presidência da Comissão de Finanças. O que não aconteceu, pois o Deputado Anibal Khury, na boa intenção de prestigiar os Deputados Governistas, pediu-me para abrir mão de tão importante cargo para o Deputado Durval Amaral.

Mais tarde, o mesmo aconteceu na Comissão de Fiscalização e na de Orçamento, esta última para o companheiro Nelson Justus, sem querer desmerecer o trabalho exercido por Justus: fosse eu o Presidente da Comissão de Orçamento, parte das minhas 21 Emendas à Lei Orçamentária de 92 deveriam ter sido consideradas pelo Governo. Infelizmente, minha Região foi totalmente desprestigiada, frustrando a única alternativa que este Deputado buscava, para ver se alguma coisa de bom aconteceria. Mas, infelizmente fomos discriminados pelo Governador.

Senhores Deputados, de todas as Comissões das quais quase todos os Deputados fazem parte, a mais importante, a que tem sido e tem tido uma atuação exemplar é a Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão tem dado um grande exemplo às demais Assembléias Legislativas do Brasil. Ali tem sido palco de inúmeros debates.

Os Deputados que compõem a C.C.J. têm sido brindados com inúmeros palestristas. A C.C.J. tem sido, e o Presidente Colombino abraçou de alma e coração o seu gerenciamento, ali, os Deputados têm tido a oportunidade dos questionamentos os mais variados.

Eu, particularmente, Deputado Mário Bezerra, sentia-me, permita-me mudar o

tempo do verbo; no gozo dos meus direitos, porque não me era cerceado o direito como tem acontecido por várias vezes de vir a Plenário pedir informações as mais variadas possíveis a todos os órgãos do Governo. A C.C.J. estava até a semana passada se constituindo na viga mestra em defesa do fortalecimento das nossas prerrogativas. Lamento profundamente a saída do Presidente Colombino Grassano, como lamento a saída voluntária da Deputada Emília Belinati. Sinceramente eu temo pelo futuro da C.C.J.

Senhores Deputados. Não bastasse o afastamento do Deputado Colombino e da Deputada Emília, eu também fui alçado da C.C.J. de maneira extremamente, desculpe-me aqui Líder do PTB antipática e arrogante, ilustre Deputado Erondy Silvério. Demitiu-me da C.C.J. Foi extremamente chocante a atitude do pseudo Líder do Partido ao qual pertencço. Fosse eu um Parlamentar relapso e não cumpridor dos meus deveres até que se justificaria essa atitude, mesmo assim, deveria ser de forma cordial e respeitosa. Esta Assembléia principalmente os Parlamentares que compõem a C.C.J. podem testemunhar o meu desempenho junto àquele órgão. Para seu Governo, Senhor Deputado, no ano passado eu fiquei na 2ª colocação como relator da Comissão. Raríssimas foram as minhas ausências. Acredito que fui o que mais pediu informações aos Órgãos do Governo. Atitude desrespeitosa de V.Exa. para comigo provoca um profundo constrangimento dentro do Partido do qual V.Exa se diz Líder. Porquê ... porque até o ano passado o PTB só tinha um representante na C.C.J. mas com a minha ida e mais a do Deputado Ademar Traiano abriu-se a outra vaga, esse espaço me pertencia por direito e não ao Senhor que há anos atrás ou um ano atrás já teve oportunidade, mas renunciou.

Outra coisa, a Liderança do PTB não foi renovada esse ano. V.Exa. deveria ter convocado a Bancada do PTB para que colocasse como Candidato e quem sabe poderia ser eleito um novo Líder da Bancada. Acharia até salutar a alternância para uma oxigenação do Partido. Como não acredito que haverá clima amistoso depois desse meu pronunciamento para realização de qualquer conversa entre a Bancada do PTB.

Aproveito a oportunidade para apresentar meu pedido de renúncia em caráter irrevogável de todas as Comissões tanto de titular como suplente. V.Exa. vai ter que se desdobrar caso queira ser atuante pois necessariamente terá que assumir o meu lugar face os impedimentos regimentais e até pessoais que reduzem drasticamente a participação Pedetista ou Petebista nas Comissões permanentes e temporárias desta Casa.

Lamento, mas lamento profundamente que os acontecimentos tomem esse rumo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados eu encerro a minha participação na C.C.J. trazendo a esse Plenário o resultado das investigações pela qual fui designado pelo ex-Presidente Colombino Grassano, sobre os "Kits Escolares" distribuídos pelo Governo.

Tenho em mãos e ofereço à consideração e análise dos Senhores Deputados a farta documentação que demonstra que a FUNDEPAR não foi diligente como apregoa a sua Administração na boa aplicação de recursos públicos, pois poderia ter adquirido material escolar a preços inferiores aos que pagou para o "Kit Escolar" desse ano.

Poderia, se tivesse administrado melhor os dinheiros públicos, inclusive adquirindo maior quantidade de material com os recursos dispendidos, beneficiando dessa forma um maior número de escolares paranaenses. Cabe salientar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a firme vigilância da imprensa sobre a questão dos "Kits Escolares", principalmente o Jornal da Manhã, de Ponta Grossa, que desde o primeiro momento a exemplo da Folha de Londrina, do Jornal do Estado, do Correio de Notícias, da Gazeta do Povo, da Indústria e Comércio, do Estado do Paraná, das televisões e das rádios e do Curitiba Hoje atuaram no sentido de ajudar a Assembléia como órgão fiscalizador da administração estadual. Jornais que não se deixaram encantar pelo canto da sereia, que geralmente parte dos altos do Palácio Iguaçu para infiltrar em algumas páginas submissas da imprensa, acusações improcedentes contra Deputados estaduais que estão vigiando os cofres públicos, como insinuar que as denúncias levantadas na Assembléia são carentes de credibilidade, numa reportagem mentirosa. Eu sempre fiz minhas denúncias de forma fundamentada, baseadas em documentos confiáveis, e o que é mais importante, sempre na defesa do interesse público e no cumprimento do Mandato que me foi confiado, outorgado pelos eleitores paranaenses!

Para que fique registrado, nos Anais da Assembléia e para conhecimento da Vs. Exas. transmito-lhes o teor do "fax" que recebi da Fundação de Assistência ao Estudando, do Ministério da Educação, em resposta ao Pedido de Informação que dirigi a este órgão e que compunha a primeira procedência do que havia afirmado, que a FUNDEPAR poderia ter adquirido material escolar para os "Kits", a preço inferior do que pagou. Assim é que a FAE confirma que no ano de 1991 e janeiro e fevereiro de 92, a FUNDEPAR não fez qualquer consulta ao Departamento de Operações da FAE sobre aquisição de material escolar. Neste

mesmo período o Governo do Paraná não realizou qualquer aquisição de material, através da FAE.

Como se vê, Senhor Presidente e nobres Deputados, o Governo do Estado e a FUNDEPAR deixaram de forma a que atendessem as suas necessidades de fornecimento.

Outro aspecto que cabe destacar é que a FAE destina cerca de 10% do material por ela produzido adquirido para o atendimento de órgãos públicos ou privados, sem fins lucrativos, no caso específico do caderno escolar de 48 folhas que a FUNDEPAR pagou mais caro de uma produção de 30.000.000 ano, ficam destinados para este tipo de venda cerca de 3.000.000 de unidades. E isso de acordo com o objetivo da FAE, que visa atender as diversas instituições, a média proposta para a venda a cada entidade é de 50.000 cadernos escolares.

Mas cabe salientar de que a FAE, caso tivesse se proposto a fornecer 6.000.000 de cadernos, oriundos de sua fabricação própria, o prazo para atendimento de encomenda seria de 3 a 4 meses, o que poderia ter sido encomendado pela FUNDEPAR economizando dinheiro dos contribuintes paranaenses. Além de todas estas vantagens que foram desprezadas pela FUNDEPAR, a FAE, mediante autorização expressa de sua Presidência pode fornecer descontos de até 18%, nos seus preços.

O Governo Requião, não resta dúvida, e os documentos mencionados aqui, nesse meu pronunciamento, demonstram claramente administrou mal o dinheiro do contribuinte pagando mais pelo que pode custar menos. Com isso privou muitas crianças de receberem material escolar que não chegou em número suficiente em muitas cidades como na região de Cianorte, Maringá, Londrina, Cascavel, Paranaguá, enfim por este sofrido Paraná.

Mandei mais de 200 correspondências às escolas, archei com os custos, telefone e todos os contatos que fiz não usei um cruzeiro da Assembléia Legislativa, para demonstrar ao povo do Paraná o que se passa no Governo Requião, e depois tem gente que critica o ato fiscalizador do Poder Legislativo! Chamam até de irresponsável e inconseqüências às denúncias que formulamos aqui.

Como já disse no início de meu pronunciamento Deputado bem é o Deputado mudo, que não fala nada e que se senta, como vaquinha de presépio, aprovando o que o Governo manda garganta abaixo!

O Sr. Nilton Barbosa - Vossa Excelência me permite um aparte?

Eu quero falar, não ficar mudo. Nobre Deputado, entendemos até a razão da vossa fúria, do vosso nervosismo, que o leva à Tribuna, isso é questão partidária.

Vossa Excelência fora indicado pelo PRN para às Comissões e na mudança de Partido, como houve o caso de Vossa Excelência, do PRN para o PTB, é natural que a Casa peça aos partidos, às indicações dos membros. É natural também que alguns permaneçam nas Comissões que estavam ou os novos Partidos achem por bem, indicá-los para outras Comissões.

Mas o que eu queria discordar com Vossa Excelência, é quando Vossa Excelência diz, no seu pronunciamento, que a nossa região está sendo discriminada pelo Governo.

Vossa Excelência é um Deputado inteligente, é um Deputado que não tem preguiça, nós reconhecemos isso...

O SR. MARIO BEZERRA - Eu gostaria de dizer que a região de Vossa Excelência é mais para Umuarama...

O Sr. Nilton Barbosa - Não, não, eu gostaria de dizer a Vossa Excelência que eu sou Deputado de Rondon, represento Rondon, represento Guaporema.

O SR. MARIO BEZERRA - Eu gostaria que Vossa Excelência, o meu tempo é muito curto, eu até agradeço...

O Sr. Nilton Barbosa - Eu quero discordar de Vossa Excelência, porque Vossa Excelência está se fingindo de cego porque sabe das obras do Governo do Estado de Cianorte, sabe das obras do Estado em toda a Região.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Está com a palavra o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MARIO BEZERRA - Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu queria só esclarecer ao Deputado Nilton Barbosa, o qual eu respeito como vizinho, como Parlamentar, de que acima do direito do Líder do Partido substituí o Deputado, existe o bom senso e o respeito à pessoa humana e ao Parlamentar. Não fui respeitado nos meus direitos, deveria ao menos ter recebido um telefonema e sido indagado se era de meu interesse ou não permanecer na Comissão de Justiça; assim como o Deputado Colombino Grassano, a Deputada Emília, os demais componentes da Comissão de Justiça, se dedicam de corpo e alma às causas que ali chegam, eu também me dedicava.

Fiquei estupefato com a atitude do nobre Líder do PTB. Sr. Presidente, sinceramente foi um caso "sui generis" um Deputado ser afastado, demitido sumariamente de um cargo que correspondia com aquilo que a lei lhe determinava. Infelizmente eu tenho que fazer esse pronunciamento, infelizmente eu tenho que fazer essas críticas

lamente eu tenho que fazer essas críticas a um companheiro de Partido, porque eu não posso ficar com isso atravessado em minha garganta, há dias eu estava até em silêncio nesta Assembléia, mas não posso me calar perante a uma arbitrariedade cometida pelo Líder do PTB.

Constrangido, tremendamente constrangido, eu faço esse pronunciamento. Respeito todos os Parlamentares, desde que aqui cheguei travei vários debates com os Parlamentares, especialmente da área do Governo, os respeito profundamente, mas o que se fez comigo junto à Comissão de Justiça, por um cargo que era meu de direito, era meu, porque se o PTB hoje der um cargo a mais à Comissão de Justiça é graças ao Ademar Traiano e ao Mário Bezerra que foram para o PTB a convite de inúmeras pessoas que compõem este grande Partido do Paraná. Eu deveria ser respeitado e ter sido comunicado desta decisão da Liderança. Fui discriminado, me sinto um Deputado discriminado na Assembléia e não me calo perante esta Tribuna. Me perdoem às vezes o excesso que eu cometo quando uso de minha defesa, mas a minha defesa é um direito que tenho e vou no decorrer dos dias fazer com que ela permaneça.

Senhores Deputados, Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVERIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Eu não quero discutir aqui a atuação Parlamentar do nobre Deputado Mário Bezerra, também não quero julgá-lo, isso não compete a mim, elogio de boca própria é vitupério, e nós só vimos elogio de boca própria do Deputado Mário Bezerra. A quem cabe julgá-lo pela sua atuação na Assembléia Legislativa do Estado são os seus eleitores, nós teremos eleições daqui a dois anos, vamos ver se ele não virá como suplente novamente para esta Casa.

Agora, eu só quero fazer duas justificativas pelo respeito que eu tenho ao Congresso Estadual, ao qual eu considero minha segunda casa. Primeiro lugar, não existe direito assegurado em lugares nas Comissões permanentes da Casa, o Regimento e a Constituição são claros, o Deputado Mário Bezerra não tem direito assegurado na Comissão de Constituição e Justiça; duas vagas cabiam ao PTB, uma já estava destinada ao João Iensen, que era o Deputado eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro e mais antigo do que o Deputado Mário Bezerra no PTB, e a segunda vaga eu indiquei o meu próprio nome, como um dos Deputados mais antigos desta Casa, só per-

dendo para o Deputado Anibal Khury.

É um direito que me assiste como Parlamentar, eu não tenho que dar satisfações a ninguém muito menos ao Deputado Mário Bezerra.

Quanto à sua alegação que sou pseudo-líder, eu não fui à reunião porque tenho em meu poder documento, com número suficiente de assinaturas, indicando meu nome para continuar na liderança do Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa. O documento está em minhas mãos e cederei a quem dele duvidar. Então não havia necessidade de fazer a reunião. Não houve desconsideração da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro ao Deputado Mário Bezerra, o que houve, foi sim, seguir aquilo que é praxe nesta Casa: destinar os lugares mais importantes aos parlamentares mais antigos. Porque eu não posso e ninguém pode e nem o próprio Deputado Mário Bezerra dizer, ele que se elogia tanto, elogia tanto a sua atuação parlamentar, que o Deputado João Iensen será menos capaz do que ele representação partidária na Comissão de Justiça e nem que este Deputado seja menos capaz do que ele.

Além disso não cabe à Comissão de Justiça essas investigações paralelas, essas investigações que se fazem sobre material escolar. Isso não é função da Comissão de Justiça. As funções da Comissão de Justiça são claras, são objetivas e constam do Regimento Interno da Casa. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça exarar parecer quanto à Constitucionalidade das leis que se propõem a este Plenário, nada mais do que isto. O que se inventou fora disto foi estrelismo.

Eu não quero criticar a atuação de ninguém, mas também não aceito críticas do Deputado Mário Bezerra. Essa é a grande realidade. Não cabe a uma Comissão Permanente desta Casa estar investigando atos do Governo, isto cabe às Comissões de Inquérito, também regimentais, também constitucionais. A cada irregularidade que se possa verificar em atos do Governo, cabe, a este Parlamento na condição de órgão fiscalizador, instituir Comissões Parlamentares de Inquérito ou Comissões Especiais, suprapartidárias para encaminhamento de diversos assuntos, jamais dentro de uma Comissão Permanente.

É assim que eu entendo o Regimento Interno da Casa. Essas explicações são as explicações que eu dou aos Senhores Deputados pelo respeito que eu tenho pelo Poder Legislativo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL (Questão de Ordem)
Consta no Regimento Interno que as Comissões Permanentes elas são organizadas de dois em dois anos. Parece que a mudan-

ça em algumas Bancadas fizeram com que houvesse uma nova redistribuição e que foi aproveitada para novas indicações. Eu gostaria de saber da Mesa se a Bancada do PT que não sofreu nenhuma alteração em sua composição, ela tem que reindicar o seu membro na CCJ?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu acho que sim. Embora tenha um só representante, seria até conveniente que indicasse. Se não quiser indicar continua o mesmo.

O SR. ERNANI PUDELL - Só então informando a Vossa Excelência, Senhor Presidente, que nós do Partido dos Trabalhadores como temos o hábito de premiar aqueles que trabalham mais, mantemos a indicação do Ilustre Deputado Ovídio Constantino, torcemos realmente para que a C.C.J. continue sendo a Comissão que tem revelado, na Assembléia Legislativa, quando os olhos se cegam, quando o olfato não consegue sentir os odores, que a C.C.J., consiga desenvolver esse sentido que ela normalmente o teria - que seria de outras Comissões Permanentes, que ela continue com essa atuação que nós entendemos que engrandece, profundamente, a Assembléia Legislativa do Paraná.

Eu acho até que as palavras do Ilustre Líder do PTB foram muito elucidativas a esse respeito, ele até postula o cargo de Presidente e nos parece que a intenção dele é transformar realmente a CCJ numa Comissão eminentemente técnica, que exare pareceres sobre a constitucionalidade, com o que de resto eu já posso adiantar a Vossa Excelência que não contará com o apoio da Bancada do PT.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Dirceu Manfrinato com a palavra.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

O que me traz à esta tribuna é em relação a um assunto muito sério publicado pela "Folha de Londrina" em data de hoje sobre o Secretário Djalma de Almeida César.

Mas antes de falarmos sobre a notícia do referido jornal, quero aproveitar esta oportunidade do horário da Liderança de nosso Partido, do PST, e responder ao ilustre Deputado Mário Bezerra que há um equívoco por parte de Vossa Excelência, quando Vossa Excelência acusa que o Governador Roberto Requião está discriminando nossa Região. Vossa Excelência talvez por não ter conhecimento, e por não se preocupar com sua vida parlamentar, - está mais

preocupado com seu programa de rádio em Cianorte do que atender às necessidades da nossa Região, não tem conhecimento dos recursos que são enviados pelo Governador Roberto Requião. Acho que Vossa Excelência não pode misturar aqui as coisas. Temos tantos e tantos radialistas nesta Casa que respeito muito, que se colocam em sua posição no programa quando radialistas e se colocam na posição da Assembléia Legislativa como Deputados Estaduais. Vossa Excelência não está tendo este comportamento. Vossa Excelência está achando que a tribuna da Assembléia Legislativa do Estado é a mesma emissora que Vossa Excelência faz propaganda e que pode levar demagogia e mentira aos ouvintes. Aqui é uma Casa séria, de respeito, estão aqui 54 Deputados, que Vossa Excelência faz parte e penso que Vossa Excelência ainda não desconfiou que é Deputado Estadual. Vossa Excelência tem que prezar o mandato e, acima de tudo, respeitar esta Casa.

O SR. MARIO BEZERRA - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vou lhe conceder o aparte logo em seguida.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, conheci o Deputado Djalma de Almeida César quando eleito em 1982 e aqui tivemos a felicidade de conviver durante este período de Legislatura que aqui passamos. Temos companheiros que também conviveram com o Deputado Djalma de Almeida César. Estranho o fato desta nota, quando ela fala que o Paraná poderá perder 993 bilhões de cruzeiros, quase um trilhão de cruzeiros, porque a Secretaria, através do Senhor Secretário, não fez aquilo que determina a Legislação.

Sabemos que o Estatuto do Adolescente se encontra nesta Casa para ser votado. Acho até que cabe à Assembléia Legislativa tomar uma providência em relação a isto. Queria eu que fosse verdade, que fosse repassado ao Paraná a quantia de 993 bilhões de cruzeiros para atender as crianças de nosso Estado. Estes valores não conferem na opinião do Deputado Dirceu Manfrinato, porque se estivéssemos recebendo este recurso somente destinado ao adolescente, com a competência que teria o nosso Secretário e até o desejo do próprio Governador Roberto Requião, não sanaria o problema do adolescente no Paraná.

Acho que esta verba anunciada, este valor, não está só o que pode ser para os adolescentes. Acho que aqui envolve verbas de outras estruturas do Governo Federal. Mas quero ressaltar aqui, já estamos com a documentação em mãos e confesso aos Senhores que fiquei estarecido com a nota. Conheço a dignidade, conheço a postura do

Deputado Djalma de Almeida César. Foi Presidente da Comissão de Constituição e Justiça nesta Casa, teve maior zelo por esta Comissão. Um Deputado eficiente, um Deputado que se reelegeu por três vezes através do seu esforço, através do seu trabalho. Nunca usou da Secretaria de Estado, de forma nenhuma. Então eu quero deixar registrado Sr. Presidente, Srs. Deputados, que aqui inclusive já está oficializado ao Ministro Ricardo Fiuza pedindo esclarecimento com relação a esses valores que não estão sendo repassados porque o Secretário não fez o Estatuto do Adolescente.

Então, Senhor Presidente, nós temos que discutir amplamente essa questão porque isso também viola a Assembléia Legislativa do Estado uma vez que se encontra em tramitação essa matéria. E eu quero aqui mais uma vez registrar o meu voto de confiança ao Secretário Djalma César que tem atendido, eu tenho certeza, todos os Deputados dessa Casa sem discriminação.

Concedo aparte ao Deputado Renato Adur e em seguida ao Deputado Mário Bezerra.

O SR. RENATO ADUR - Deputado Dirceu nós nos aliamos a essa sua preocupação e esse seu repúdio nessa questão. E queremos deixar claro nesta Casa de que o Deputado Djalma de Almeida César, nosso particular amigo, Secretário de Estado, há muito tempo que já vem batalhando nessa questão, nesse Projeto. Ele é um dos mais preocupados, tem nos procurado frequentemente, ao Deputado Alceu Swarowski que é o Presidente da Comissão de Educação, ao Deputado Toti Colaço, nosso Líder Deputado Pessuti, e tem nos fornecido informações e nos cobrado, inclusive colocado toda Secretaria da Secretaria do Trabalho e Ação Social, Deputado Dirceu, à disposição da Assembléia Legislativa para que haja uma tramitação mais rápida nesse Projeto. Entretanto a pedido do nosso Líder e também por questões de negociação aonde nós temos à frente a Deputada Emília Belinati nós estamos trabalhando junto à Casa Civil, à liderança e também à Comissão que discordava de alguns pontos deste Projeto. E estamos em fase final desta questão, nosso Líder está encaminhando, aguardando umas definições da Casa Civil, portanto, para que nós possamos colocar em votação este Projeto da criança e do adolescente. Portanto vamos aqui, mais uma vez, reafirmar a defesa do Secretário Djalma de Almeida César que muito vem se empenhando na questão da aprovação desse Projeto.

Obrigado!

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu só queria comunicar ao Presidente que o PFL conce-

de o horário da Liderança para que nós possamos continuar na tribuna, e eu agradeço ao PFL.

Eu concedo aparte ao Deputado Mário Bezerra, pela ordem.

O SR. MARIO BEZERRA - Se eu tiver permissão de Vossa Excelência eu deixo a Deputada Emília Belinati usar a palavra na minha frente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu me coloco à disposição de Vossa Excelência.
Concedo a Vossa Excelência, Deputada.

A SRA. EMÍLIA BELINATI - Nobre Deputado Manfrinato nós gostaríamos que ficasse bem claro que a implantação do Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente não depende da Assembléia Legislativa, porque o Conselho já foi criado no ano passado no mês de março, e a Lei já foi promulgada por esta Casa, o que acontece é que existe na Casa uma Lei modificando o Conselho que já foi criado. Então é bom que fique bem claro para todos os Deputados dessa Casa que o Conselho não foi implantado ainda não é por culpa da Assembléia Legislativa, porque esse Projeto modificativo que está na Casa é um Projeto modificativo, então já foi criado o Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente.

Eu não poderia me calar também diante do que foi dito do Deputado Mário Bezerra. Eu faço parte de diversas Comissões dessa Casa, tenho procurado comparecer a todas as reuniões, e eu sou testemunha de que o Deputado Mário Bezerra é um Deputado que tem levado a sério seu trabalho nesta Casa, principalmente nas Comissões, tem comparecido nas Comissões, tem feito o seu relato a respeito dos projetos que são encaminhados a ele, não só relatado mas estudado os Projetos. Eu me sentiria como se estivesse deixando um companheiro ser acusado de que ele estaria fazendo elogios a sua própria pessoa. Eu como Deputada que tenho comparecido regularmente às comissões, das reuniões das comissões da Assembléia Legislativa sou testemunha de que o Deputado Mário Bezerra é um Deputado atuante, responsável e tem levado a sério seu trabalho, tanto na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Educação nas quais eu faço parte juntamente com ele.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e já nomeio como excelente advogada de defesa do Deputado Mário Bezerra.

Eu tenho conhecimento, de que esta lei inclusive foi promulgada pelo Deputado Aníbal Khury em 1990. Só que isto foi vetado pelo Governador Alvaro Dias e no iní-

cio da nova legislatura, talvez Vossa Excelência por não ter profundo conhecimento, votou para que houvesse a derrubada do veto do Governador Alvaro Dias, então algumas coisas que eram inconstitucionais feriam, portanto os princípios da nossa Constituição. Então na verdade nós temos que por um reparo em cima disso e quero lhe dizer, Deputada, que eu estou falando aqui não é sem ter conhecimento de causa. Eu estou com a documentação em mãos e nós precisamos ajustar isso, porque o Governo tem as suas prerrogativas. Nós admitimos a participação do conselho, mas dentro das suas limitações, mas que haja também o respeito com o executivo, porque os recursos são canalizados do Governo Federal ao Governo Estadual e repasse aos municípios. Então tem que haver uma consonância de que isso possa ter o andamento de interesse, Deputada, da criança e não de interesse de homens ou de pessoas que buscam o voto através dos programas de televisão. Na hora a criança é a pessoa mais marginalizada que existe na face da terra. Depois passou o processo eleitoral as crianças estão abandonadas e continuam esquecidas como aí estão.

O nosso mandato é passageiro, Deputada. Nós temos que fazer uma lei que fuja disso, para que atenda as crianças do presente e do futuro. Esse é o nosso desejo. Então por isso existe, eu concordo com Vossa Excelência, mas tem que ser reformulada esta lei.

Eu concedo o aparte ao Deputado Mário Bezerra.

O SR. MARIO BEZERRA - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Respeitosamente eu me dirijo a Vossa Excelência para alertá-lo e para dizer-lhe de que nunca faltarei ao respeito com Vossa Excelência.

Eu não costumo baixar o nível nos meus pronunciamentos. Graças a Deus eu sou um homem que tenho acompanhado os trabalhos legislativos. Não preciso lançar mão de argumentos que venham a denegrir a imagem de nenhum parlamentar. Muito menos usar de mentiras.

Vossa Excelência nunca ouvirá de minha boca um pronunciamento depreciativo à moral e à honra de Vossa Excelência, nem nesta Assembléia e nem em Cianorte.

Eu acredito e tenho certeza que o povo do Noroeste quer ser bem representado nesta Assembléia e nós temos causas nobres e sérias a serem discutidas e não podemos usar da tribuna desta Assembléia, diante de uma platéia, vamos assim dizer, tão requintada, composta de 54 Deputados, entre ela a Deputada Emília, mais jornalistas, não podemos usar desta tribuna para retaliações pessoais e falsas.

Tenho por Vossa Excelência o mais profundo respeito. Vossa Excelência é eleito pela terceira vez na minha cidade. Nunca usei da palavra para denegrir a imagem de Vossa Excelência e Vossa Excelência não ouvirá, nem nesta Assembléia, nem em Cianorte, muito menos pelas costas. Sou um homem sério e cumpridor dos meus deveres. Vou exercer o meu mandato aqui nesta Assembléia, se não for eleito Prefeito de Cianorte, que vou ser candidato a Prefeito de Cianorte, com muita dignidade.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Deputado Mário Bezerra eu acho que o respeito e a ética parlamentar, isso faz parte de um Deputado. Vossa Excelência, no seu discurso, acusou alguns Deputados que vivem mudos na Assembléia Legislativa. Mas as vezes é preferível a pessoa ser muda aqui na Assembléia Legislativa, do que usar a tribuna e cair no ridículo perante os Deputados e a opinião pública.

E quanto a Vossa Excelência, a minha pessoa, a minha dignidade, eu dou a liberdade a Vossa Excelência de vasculhar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, desde quando aqui tomei posse, para Vossa Excelência ver o meu comportamento político.

Vossa Excelência pode procurar os meus antecedentes lá em Cianorte e Vossa Excelência vai saber que eu fui um Deputado que sempre defendi os meus ideais e isto é o que eu busco na vida pública.

Então, Vossa Excelência da forma que procura me respeitar, se Vossa Excelência me der esse respeito, nós vamos procurar fazer o mesmo por Vossa Excelência. Concedo aparte ao Deputado Nilton Barbosa.

O Sr. Nilton Barbosa - Eu só gostaria de parabenizá-lo pela colocação que fez com relação a postura, a idoneidade, a lisura e a competência do Secretário, companheiro Deputado Djalma de Almeida César e aproveitar para dizer na discussão com relação ao discurso que fez o Deputado Mário Bezerra que nós temos um profundo respeito por ele, fazemos parte de algumas Comissões, como no caso de Tomada de Contas e etc. O que nos fez apartear-lo é exatamente quando ele citou a discriminação do Governo do Estado com relação a nossa região. Nós somos em quatro Deputados aqui, que representamos a região: o Deputado Mário Bezerra, o Deputado Dirceu Manfrinato que usa da tribuna, o Deputado Nelson Garcia e nós. E nós já tivemos a oportunidade, em dois mandatos, de trabalharmos juntos e iniciou neste mandato o Deputado Nelson Garcia e Deputado Mário Bezerra. Soma-se conosco o Deputado Nelson Garcia da Banca

da do PFL que busca junto as reivindicações para os benefícios da nossa região. Então, a razão do nosso aparte foi isto, porque nós não temos nada que discutir os problemas do PTB e Vossa Excelência colocou bem quando o Deputado Mário Bezerra diz do respeito que tem pela Casa, pelos seus companheiros, nos chateia, nos constrange o tratamento de mudos e de vaquinhas de presépio.

Isto aqui não é presépio. Isto aqui é uma Casa de Leis, onde nós temos aqui 54 Deputados trabalhando pelo Paraná e pelas suas regiões. Alguns deles não querem usar a tribuna e não é necessário usar a tribuna para dizer que estão trabalhando. Alguns deles participam de uma Comissão e não participam de outra. E não precisa participar da C.C.J. para dizer que trabalha. Eu acho que todos nós trabalhamos, de uma maneira ou de outra. Sempre que quero ir à tribuna vou à tribuna. Sempre que quero me inscrever no Pequeno Expediente ou no horário da Liderança, faço. Faço quando acho que devo fazer e faço o discurso que eu falo às vezes de improviso, muito pouco lido, porque eu digo aquilo que a minha região quer ouvir, digo aquilo que a minha região quer que eu fale, digo aquilo que o Paraná às vezes quer que eu fale, quer me ouvir. Não trago nenhum discurso pronto, não tenho nenhum assessor para fazer o discurso e etc.

Então, eu acho que quando se diz no respeito, nós temos que dizer no respeito e praticar, praticar o respeito, porque respeito a Deputada Emília Belinati e respeito todos os companheiros desta Casa e não tem nenhum mudo aqui e ninguém é vaquinha de presépio. Somos todos trabalhadores, somos todas pessoas sérias que viemos aqui representar o Paraná com dignidade, com honradez.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado.

E ao encerrar, Senhor Presidente, nós queremos dizer, Senhores Deputados, de que o nosso desejo e espero, quase tenho certeza disto, que é o desejo de todos, porque afinal, de uma forma ou de outra, nós representamos a população de um só Estado. O nosso desejo é trabalhar. É evidente que as oposições existem, não só na Assembléia Legislativa do Paraná, ela existe no Congresso Nacional, ela existe em outros países onde têm os seus Parlametos.

A oposição é necessária, a oposição é importante, desde que seja uma oposição consciente, de que traga a realidade aqui à Assembléia Legislativa, que prove à população do Paraná, o que está sendo questionado é uma realidade, é uma coisa que realmente existe de fato.

Agora, eu trarei, Deputado Mário Bezerra, para conhecimento de Vossa Excelên-

cia que até pode facilitar Vossa Excelência no seu programa de rádio, eu trarei aqui os recursos que nós repassamos já no atual Governo Roberto Requião para o Município de Cianorte e os municípios circunvizinhos. Eu posso dizer a Vossa Excelência de que estou satisfeito com os recursos que o Governo está encaminhando à Cianorte e mais quem poderia dizer isto, com maior precisão e com maior certeza é o próprio Prefeito Egon Guimarães que recebe os recursos.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o horário das Lideranças, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados que irão compor as Comissões Permanentes desta Casa.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Ernani Pudell, na qualidade de Líder do PT, indicando o nome do Senhor Deputado para compor a Comissão de Constituição e Justiça, como membro efetivo.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Colombino Grassano, na qualidade de Líder do PL, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado para representar a Bancada na Comissão de Constituição e Justiça.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 97/92, subscrito pelo Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente, comunicando seu ingresso no PDT, que se deu no último dia 08 do corrente mês.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa reitera aos Senhores Líderes de Bancada para que façam indicação dos seus liderados para compor as Comissões, tendo em vista a alteração das Bancadas.

Vou repetir mais uma vez, a composição das Comissões:

PMDB - 3;
PST - 2;
PFL - 2;
PTB - 2;
PDT - 2;

PRN - 1;
PSDB - 1;
PT - 1;
PL - 1;

Essa é da C.C.J. - composta por 15 membros.

...

Outras Comissões:

PMDB - 1;
PST - 1;
PFL - 1;
PTB - 1;
PDT - 1;
PRN - 1;
PSDB - 1;

...

Comissão Especial de Reforma da Constituição:

(5 membros):

PMDB - 1;
PST - 1;
PFL - 1;
PDT - 1;
PTB - 1.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, novamente quando Vossa Excelência anuncia a composição das Comissões Permanentes, com referência à Comissão de Constituição e Justiça, a Liderança do PMDB concorda com Vossa Excelência, de que nos cabe apenas 3 elementos.

Não concordamos com referência às demais Comissões Permanentes, constituídas de 7 membros. Pelos cálculos que fizemos e pela análise, cabe à Bancada do PMDB, dois elementos. Já formalizamos inclusive questão de ordem a Vossa Excelência, em Sessão anterior, e, pelos cálculos que fazemos, a Bancada do PMDB tem direito a dois elementos em cada Comissão Permanente, constituída de sete.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa entende que está correta a composição das Comissões, mas promete a Vossa Excelência que fará um estudo acurado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) -

Como membro da Comissão Especial que investigou aquele caso do Deputado José Afonso e do Deputado José Artur Ritti, gostaria de saber de Vossa Excelência em que caminho está, na Mesa da Assembléia, aqueles processos que nós fizemos um árduo trabalho em Santo Antônio da Platina e gostaríamos de saber de Vossa Excelência, em que andamento está aquele processo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

está estudando a decisão da Comissão de Constituição e Justiça. Recebe como contribuição, porque a Comissão de Justiça não tinha competência para fazer o inquérito que procedeu, mas eu informarei a

Vossa Excelência.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Vossa Excelência considerará o trabalho que a Comissão de Justiça fez?

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Claro que vou considerar. Acho que é uma contribuição importante. Nós vamos considerar o trabalho e não podemos menosprezá-lo.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Vossa Excelência dará prosseguimento?

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Darei prosseguimento, dentro das normas regimentais.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 073/92, de autoria do Deputado JOÃO BATISTA ARRUDA, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor GUNTER ALGAYER. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Registrar o voto contrário da Bancada do PT pelas razões já colocadas da Sessão de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Registrado o voto contrário.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 077/92, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, no Município de Renascença - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 082/92, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de utilidade pública a Associação dos Municípios de Entre-Rios - Amérios, com sede no Município de Umuarama. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando adiamento de discussão e votação por 02 (duas) sessões do Projeto de Lei nº 082/92.- Aprovado. Fica portanto adiada a discussão por 02 (duas) sessões do Projeto de Lei nº 082/92.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

067/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/92, que autoriza o Poder Executivo, mediante o cumprimento das formalidades legais aplicáveis a firmar escritura pública de dação em pagamento, aceitando como quitação da dívida ativa nº 174.2647-4 e dos autos de infração nºs 3698068-8 e 3698069-6, da empresa LABRA - Indústria Brasileira de Lápis S/A, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.C.P.T.E.C., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 20, de 23.03.92 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 067/92

P A R E C E R:

Tal proposição, oriunda do Poder Executivo - Mensagem nº 05/92, autoriza, mediante o cumprimento das formalidades legais aplicáveis, firmar escritura pública de dação em pagamento, aceitando, como quitação da dívida ativa nº 174.2647-4 e dos Autos de Infração nºs 3698068-8 e 3698069-6, da empresa LABRA - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE LAPIS S/A, conforme específica.

O Plano de Lei atende aos interesses do Estado pois quitará débito junto a Fazenda Estadual, com imóveis avaliados pelo Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção, órgão oficial do Estado.

Em cumprimento ao Art. 153, inciso XIV da Constituição Estadual, apesar da concordância do Senhor Governador do Estado quanto a questão em tela, submete-se à presente alienação à apreciação por esta Casa de Leis.

Diante do exposto e cumpridas todas as formalidades legais, regimentais e constitucionais, nosso parecer é FAVORÁVEL opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 067/92

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, oriundo da Mensagem do Poder Executivo nº 05/92, autoriza o Governo do Estado, sob o prévio cumprimento das formalidades legais e aplicáveis, firmar escritura pública de dação em pagamento, aceitando quitação da dívida ativa nº 174.2647-4, da empresa LABRA-INDÚSTRIA BRASILEIRA DE LAPIS S/A, como específica.

A vista de que o Projeto sub exame

atende, sobejamente, os amplos interesses do Estado e contempla, rigidamente, toda a legislação da espécie, tornando-o apto ao acolhimento desta Comissão.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 08.04.92

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

RENATO ADUR

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 067/92

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, oriundo da mensagem do Poder Executivo nº 05/92, autoriza o Governo do Estado, sob o prévio cumprimento das formalidades legais aplicáveis, firmar escritura pública de dação em pagamento, aceitando quitação da dívida ativa nº 1742647-4, da empresa LABRA-INDÚSTRIA BRASILEIRA DE LÁPIS S/A, como específica.

Como se apresenta, o Projeto de Lei atende, sob todos os aspectos, a legislação aplicável, e no mérito, se impõe à aprovação desta Comissão, e com isto prosseguir na trajetória de sua regular tramitação legislativa.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 22.04.92

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

RENATO ADUR

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando adiamento de discussão e votação por 03 (três) sessões do Projeto de Lei nº 067/92. Aprovado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

Nós queremos esclarecer ao Plenário, que apresentamos um requerimento, pedindo adiamento por cinco sessões, desse Projeto, mas que no entendimento com o senhor líder do Governo e outras Lideranças, foi reduzido para três Sessões, porque nós parlamentares entendemos que precisamos de maiores informações sobre esse Projeto.

Não queremos de nenhuma forma, questionar, e sim, do contrário, dizer que está correto e que o Estado deverá cobrar as dívidas dos devedores do Estado, dos devedores do povo do Paraná e que sabedores que somos, o Grupo que é o proprietário da Indústria Labra, é um dos maiores devedores do Estado do Paraná e nós estamos solicitando informações, no adiamento desta votação, para que o Executivo, o Governador do Estado nos esclareça os valores dessa dívida pelo menos não consta no processo da Ordem do Dia, os autos de avaliação da Procuradoria da Justiça que consta na argumentação da justificativa do Projeto, bem como dos processos da dívida ativa e das infrações que cometeu a Indústria proprietária da Labra.

Então, sob posses dessas informações, esta Assembléia terá melhores condições de nos informar, até porque temos também uma grande dúvida e solicitamos que o Líder do Governo nos indique nas informações que obterá na próxima segunda-feira, porque como todos sabemos, a Cidade Industrial de Curitiba, onde a empresa Labra está vendendo ao Estado um terreno de sua propriedade para pagar a dívida, nesta região há incentivos fiscais, há doações de lotes e uma série de outras questões para as indústrias se instalarem. E é necessário que esta Assembléia tenha todas essas informações, inclusive, a origem da estrutura, do registro de imóvel, desta propriedade que a indústria está oferecendo para o pagamento da dívida, para que possamos votar com mais clareza esse projeto.

Então, concordamos em reduzir para três sessões o adiamento e em um entendimento com o nobre Líder Orlando Pessuti, na próxima segunda-feira, nos trará informações.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

E do conhecimento desta Assembléia Legislativa e do povo do Paraná que a intenção de S. Excelência, Roberto Requião, é dar a maior transparência possível e prestar todos os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Este dispositivo que hoje é solicitado à Assembléia Legislativa para aprovar esse termo de dação de pagamento da firma Labra para com o Governo do Paraná, é uma inovação que ocorre aqui no Estado do Paraná, a partir da Lei que modificou a Legislação do ICMS no nosso Estado e que foi, nesta Assembléia, votado no final do ano passado através de uma Mensagem de Sua Excelência o Senhor Governador.

Então, não tem porque nós, neste momento em que algumas dúvidas suscitam os Senhores Deputados, negarmos a retirada desse projeto da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões para que possam chegar ao conhecimento dos Senhores Deputados, e desta Assembléia estes esclarecimentos. Foi justamente isto o que pretendeu Sua Excelência o Governador Roberto Requião quando, em Mensagem à esta Casa de Leis, estabeleceu que as dações de pagamento ao Estado do Paraná seriam efetivadas posteriormente ao referendun, à aprovação da Assembléia Legislativa.

Nós entendemos que esta matéria, após ter tramitado pela Comissão de Constituição e Justiça, onde recebeu aprovação por unanimidade, pela Comissão de Finanças, onde também recebeu aprovação por unanimidade em sua tramitação, a sua apreciação e a sua votação, não seria mais necessário adiarmos este processo porque naquelas Comissões os Senhores Parlamentares já teriam tido a oportunidade de obter essas informações; mas como ainda persistem algumas dúvidas e algumas indagações, esta Liderança concorda com a retirada por três sessões e buscará, a partir de hoje, as informações que estão sendo reivindicadas para que na semana que vem possamos, devidamente esclarecidos, dar aprovação a esta matéria, porque entendemos que seja de interesse da coletividade do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Realmente a Mensagem tem Parecer de três Comissões, todas por unanimidade. Mas vou submeter a voto. E o Projeto está em Regime de Urgência também.

Os Senhores Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão.

Retirado por três (03) sessões.

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) sessões do Projeto de Lei nº 067/92.

Há um requerimento no mesmo sentido de autoria do Deputado Toti Colaço, constante do expediente, que não sei se em virtude da palavra da Liderança ainda confirma o requerimento.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Em função do pedido por parte do Ilustre Parlamentar, pedindo a retirada por três sessões, não há razão para o meu Requerimento. Na verdade, eu também gostaria, respeitando é claro, a posição do Líder, de tomar conhecimento um pouco melhor com relação a esta questão que está sendo feita, com relação à quitação do débito do ICMS. Retiro o Requerimento, então, em razão do outro.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Retirado o Requerimento.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 009/92, dispõe que a fiscalização pelo cumprimento das formas federais e estaduais de proteção da flora e fauna no Estado do Paraná é de competência do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CF, por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 20 de 23.03.92-Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 068/92

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 09/92, dispõe o Projeto de Lei em análise, que a fiscalização pelo cumprimento das normas federais e estaduais de proteção da flora e fauna no Estado do Paraná é de competência do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF.

O Projeto se encontra em conformidade com as normas constitucionais, regimentais e legais, razão pela qual nos manifestamos favoravelmente à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 14.04.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 068/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 09/92, o presente Projeto de Lei dispõe que a fiscalização pelo cumprimento das normas federais e estaduais de proteção da flora e fauna no Estado do Paraná é de competência do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, conforme especifica.

Analisada a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça no que se refere ao aspecto legal e constitucional, posicionou-se favoravelmente à aprovação da matéria.

Esta Comissão, no que lhe cabe manifestar-se em conformidade com o Regimento Interno, opina pelo parecer favorável.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 15.04.92

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 070/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/92, em caráter de utilização gratuita à Associação de Moradores e Amigos da Vila Leão, imóvel que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D. A. nº 20, de 23.03.92 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 70/92

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 14/92, visa o Projeto de Lei em análise autorizar tal Poder a ceder, em

caráter de utilização gratuita, à Associação de Moradores e Amigos da Vila Leão, em Curitiba, imóvel de propriedade do Estado, objeto de parte da transação nº 15.713, do Livro 3-E do Cartório de Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição Imobiliária de Curitiba.

O Projeto de encontra em conformidade com as normas constitucionais, regimentais e legais, razão pela qual nos manifestamos favoravelmente à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 14.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 508, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 511-E, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 511-G, de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, Renato Adur, Nelson Garcia e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Retirado pelo autor.

Será votado na segunda-feira.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a razão por estarmos apresentando este requerimento - devidamente apoiado pelos Senhores Deputados, conforme estabelece o Regimento Interno desta Casa - deve-se ao fato de que estamos em processo de reorganização das Comissões Permanentes desta Casa, desde a Comissão de Constituição e Justiça até as demais Comissões.

Todos sabemos que na semana passada, quando se votou nesta Casa de Leis, as Mensagens de Sua Excelência o Senhor Governador, concedendo reajustes salariais aos servidores públicos do nosso Estado, o Projeto de Lei nº 98/92, oriundo da Mensagem 19/92, que trata da gratificação de apoio educacional não pôde ser votado naquele momento, porque não constava do mesmo o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Como não temos certeza se durante a semana que vem teremos, já devidamente instalada a Comissão de Constituição e Justiça, nós estamos requerendo a transformação deste Plenário em Comissão Geral, para que possa ser oferecido o Parecer a este Projeto, e o Plenário possa votá-lo, e desta forma os servidores públicos estaduais, ligados ao setor educacional, possam receber este benefício.

E esta a razão, tão somente esta razão, em estarmos solicitando a transformação deste Plenário em Comissão Geral.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa Vossa Excelência que o Projeto está em regime de urgência, com o Parecer favorável da Comissão de Finanças e sem Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Decorrido o prazo de 48 horas, que já foram decorridos, vou colocar o Projeto na sessão de terça-feira, na Ordem do Dia.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Diante desta decisão de Vossa Excelência, de que o Projeto constará na Ordem do Dia da próxima terça-feira, não vemos necessidade, evidentemente, de que o nosso requerimento seja votado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de nº 498, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 507, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 506, de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 511-C, de autoria do Senhor Deputado João Iensen, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 418, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente de sessão anterior. Retirado pelo autor.

Requerimento de nº 509, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 042/92 e 043/92.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº

604/91

e do Projeto de Resolução nº 080/91.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 068/91 e 070/91.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 395/91, 531/91, 565/91 e 074/92 e dos Projetos de Resolução n.ºs 079/91, 003/92 e 005/92.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de março de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, João Iensen e Basílio Zanusso. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, face a distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 021/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 08/92. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente
Wilson Penka
Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de março de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, João Iensen, Nelson Garcia e Mário Bezerra. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, face a distri-

buição antecipada, foi a mesma aprovada. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 571/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 590/91, de autoria do Deputado Erondy Silvério. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 465/91, de autoria dos Deputados Dalton Machuca e Ademar Luiz Traiano. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 004/92, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 57/92. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 10/92, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 190/92. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 002/92, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 35/92. Relator Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. A seguir, o Senhor Presidente informa que as reuniões da Comissão, continuarão sendo nas quartas-feiras, às 14:00 horas, no mesmo local. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente
Wilson Penka
Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Garcia, Mário Bezerra, Alceu Swarowski e Renato Adur. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, face a distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 602/91, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti e Renato Adur. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL. O Deputado Mário Bezerra, diz não entender tal parecer, pois em reunião realizada anteriormente, ficou definido que não aprovaríamos, nesta Comissão, Projetos neste

sentido. O Deputado Renato Adur, pede a palavra para esclarecer que nestes casos excepcionais, os Projetos podem ser aprovados, pois o funcionário foi morto no exercício da função. O Deputado Mário Bezerra esclarece que vota favoravelmente ao Projeto por tratar-se de questão humanitária somente. A seguir o Senhor Presidente coloca o Parecer em votação, o qual é APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 603/92, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti e Renato Adur. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 42/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 12/92. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 32/92, de autoria do Deputado Nilton César Servo. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 67/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 05/92. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL
Presidente
Wilson Penka
Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 12ª LEGISLATURA ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de abril de um mil, novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Basílio Zanusso. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Alceu Swarowski apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 002/92, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Elisa Sotomaior Maruska, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após aprovada será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO
Presidente
Elisa Sotomaior Maruska
Secretária

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 12ª LEGISLATURA ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Rafael Greca de Macedo. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Lourenço Fregonese apresentou redação final ao seguinte processo: Projeto de Lei nº 604/92, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais eu, Elisa Sotomaior Maruska, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) RAFAEL GRECA DE MACEDO
Presidente
Elisa Sotomaior Maruska
Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça sob a presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: Luiz Carlos Martins, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Emília Belinati, João Iensen, Antônio Costenaro Neto, Durval Amaral, José Tavares, Ovídio Constantino e Oswaldo Trevisan. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a sessão, aprovando a ata da sessão anterior, após discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 73/92 de autoria do Deputado João Arruda. PARECER FAVORAVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 82/92 de autoria do Deputado Nilton Barbosa. PARECER FAVORAVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 3) Proposição Veto nº 29/92 oriundo do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei 267/91 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. PARECER FAVORAVEL ao Plenário do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 65/92 de autoria do Deputado Anibal Khury. O Deputado Relator, Ovídio

Constantino, requer diligência - DEFERIDO; 5) Projeto de Lei nº 74/92 de autoria dos Deputados Orlando Pessuti e Antônio Costenaro Neto. PARECER FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO. 6) Projeto de Lei nº 531/91 de autoria do Deputado Severino Félix. PARECER CONTRÁRIO do Deputado José Tavares. APROVADO. 7) Projeto de Lei nº 19/92 de autoria do Deputado Domingos de Carvalho. O Deputado Relator, José Tavares, requer diligência junto ao autor - DEFERIDO. 8) Projeto de Lei nº 459/91 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. PARECER FAVORÁVEL ao arquivamento, do Deputado José Tavares - APROVADO. 9) Projeto de Resolução nº 10/90 de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. PARECER FAVORÁVEL ao arquivamento, do Deputado José Tavares - APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 344/91 de autoria do Deputado Toti Colaço. PARECER FAVORÁVEL ao arquivamento, do Deputado José Tavares - APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 153/91 de autoria do Deputado Elio Rusch. PARECER FAVORÁVEL ao arquivamento, do Deputado José Tavares - APROVADO. 12) Projeto de Resolução nº 03/92 de autoria da C.C.J.. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO. 13) Projeto de Lei nº 68/92 oriundo do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO. 14) Projeto de Lei nº 70/92 oriundo do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO. 15) Projeto de Lei nº 446/91 de autoria do Deputado José Tavares. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO. 16) Proposição Veto nº 33/92 oriundo do Poder Executivo, que veta parcialmente o Projeto de Lei nº 246/91 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO. 17) Projeto de Lei nº 77/92 de autoria do Deputado João Arruda. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente marca nova reunião para após a sessão do Plenário, na data de hoje.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

Ana Lúcia Andretta

Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Senhor Deputado Cezar Silvestri. Havendo nú-

mero legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 199/91, de autoria do Deputado Paulo Maia. Relator Deputado Toti Colaço. PARECER pela não apreciação na Comissão - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 395/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com voto em separado do Deputado Dobrandino da Silva. 03) Projeto de Lei nº 067/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 05/92. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Sandro Alberto Figueiredo, Secretário da Comissão.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

Sandro Alberto Figueiredo

Secretário

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 12ª LEGISLATURA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de um mil, novecentos e noventa e um, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a Presidência do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da Reunião anterior e como nada constasse na hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, com os seguintes Projetos: Projeto de Lei nº 265/91, de autoria do Deputado Doutor Rosinha. Relator: Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 378/91, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano. Relator: Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 461/91, de autoria do Deputado Colombino Grassano e outros. Relator: Deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Sylvana Zeballos, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Presidente

Sylvana Zeballos

Secretária

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 12ª LEGISLATURA

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de abril do ano de um mil, novecentos e noventa e dois, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a Presidência do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da Reunião anterior e como nada constasse na hora do expediente, passou-se à Ordem do Dia, com os seguintes Projetos: Projeto de Lei nº 043/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/92. Relator Deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº

565/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Relator: Deputado José Tavares. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 578/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Relator: Deputado José Tavares. Parecer CONTRARIO - REJEITADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Sylvana Zeballos, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
Presidente
Sylvana Zeballos
Secretária